

Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Fui convocado por esta Comissão para responder às questões dos Senhores Deputados sobre a minha intervenção no processo de negociação relativo à TAP. É dever de qualquer cidadão colaborar com a Assembleia da República e responder a todas as questões que os Senhores Deputados queiram levantar sobre qualquer matéria de interesse público, e esse dever cívico, sendo um pilar básico da nossa democracia, reforça a prevalência do Parlamento no quadro do nosso sistema de governo.

Mas permitam-me referir que, no caso, a minha presença corresponde, igualmente, a um elementar imperativo pessoal de retribuição pela consideração que esta Assembleia me concedeu no passado, no exercício das funções públicas a que me dediquei – quando me elegeu em 1997 para o Conselho Superior da Magistratura; quando me deu atenção nas inúmeras ocasiões em que aqui vim enquanto Secretário de Estado da Justiça; e quando em 2006 me deu posse como membro da CADA - Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos. Creiam pois que, mesmo na ausência de dever legal, sempre estaria, sempre estive e sempre estarei pronto para responder às perguntas dos Senhores Deputados e prestar os esclarecimentos que entendam necessários.

Estou também grato pela possibilidade de finalmente poder responder às questões que me queiram colocar sobre o meu envolvimento neste processo, depois de ter assistido, no circunspecto silêncio que o respeito pelo Parlamento me impunha, às notícias, comentários e juízos que foram circulando sobre a minha intervenção, a minha condição moral e ética, a

minha deontologia profissional e mesmo a minha vida pessoal, desde que foi determinada a minha presença nesta Comissão.

Intervim neste processo, a pedido e sob as instruções do Senhor Primeiro Ministro e do Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, a quem prestei e presto apoio técnico por ter tido a convicção que a minha experiência de trinta anos de advocacia e a minha familiaridade com os temas da aviação comercial poderiam ser úteis ao Governo e ao País no processo de reconfiguração por via negocial do modelo accionista que o Governo pretende para a TAP, no quadro do desenho institucional e empresarial consagrado no Programa de Governo.

Como é público, disponibilizei-me para apoiar tecnicamente o Governo sem qualquer retribuição. Gostaria de explicar aos Senhores Deputados que o fiz movido exclusivamente pelo sentido de serviço público que desde sempre me animou. A minha vida levou-me a abraçar profissionalmente a paixão que desde a infância cultivei pela advocacia, quando comecei a ler entusiasmado o relato das intervenções judiciais dos grandes advogados que o país então respeitava, como Adelino da Palma Carlos ou Salgado Zenha. Mas sempre fui encontrando forma de conciliar essa minha atividade profissional com o desempenho de funções de interesse público – às vezes bem modestas, mas para mim sempre merecedoras do empenho e dedicação máximos. Como hão-de perceber, a principal retribuição que dessas funções auferi foi a gratificação do serviço à colectividade e não a remuneração que me foi sendo atribuída – às vezes nenhuma, outras vezes meramente simbólica.

Mesmo enquanto advogado, sempre dediquei tempo e atenção ao serviço aos outros, desde a consulta jurídica gratuita a pessoas carenciadas

promovida pela Associação Académica da Faculdade em que me licenciiei até ao conselho individual aos que – próximos ou desconhecidos – precisaram do meu apoio sem estar em condições de o remunerar. E nunca deixei de me empenhar em causas cívicas e associações que prossigam interesses de ordem geral que me são queridos.

Mas sei que não sou, nessa dedicação cívica, nenhuma pessoa excepcional. Sempre encontrei – no sector público e na advocacia – muitos outros para quem o serviço público e a dedicação ao próximo constituem a principal motivação da sua atividade. Sei bem, de resto, que foi e é esse mesmo espírito de serviço público que motivou e conduz os Senhores Deputados aqui presentes na participação política a que dão especial expressão representativa.

Foi esse mesmo espírito que me motivou a aceitar prontamente o pedido de apoio técnico que o Senhor Primeiro Ministro e o Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas me dirigiram. E foi ainda esse espírito que me levou a nem sequer equacionar então a necessidade de exigir ou acordar qualquer retribuição para o mesmo.

Sei aliás que foi sempre claro para os representantes do consórcio *Atlantic Gateway* a natureza, estritamente técnica, da minha intervenção neste processo. Desde o primeiro contacto que o Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas teve com eles que lhes referiu que o meu papel era o de apoiar o Estado, a ele Ministro, ao Secretário de Estado e aos respectivos Gabinetes no processo negocial que o Governo pretendia iniciar.

A ausência de retribuição e de qualquer documento escrito, que, aliás, manifestamente não são exigidos para uma intervenção da natureza da

minha, não significam, como é óbvio, a ausência de vinculação a regras de atuação. Mesmo independentemente da condição de Advogado, que é condição integrante da minha própria natureza individual, neste processo actuei sempre dentro do escrupuloso cumprimento de todas as regras legais, morais e éticas, designadamente evitando conflitos de interesses e incompatibilidades, conforme ficou acordado verbalmente, sem necessitar de outro compromisso, por ser bastamente suficiente o que se estabelece entre pessoas honradas. No apoio técnico que prestei não dispus nunca de poderes de vinculação do Estado, e todas e cada uma das reuniões em que participei – e em que jamais estive sozinho, sublinho, em que jamais estive sozinho – aconteceram sempre na presença de membros do Governo ou membros dos respectivos gabinetes e no quadro das orientações e decisões do Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas e dos objetivos traçados pelo Governo.

Tenho a satisfação de verificar que, até ao momento, o processo de reconfiguração final da reprivatização da TAP que acompanhei vem permitindo demonstrar a bondade e possibilidade da concretização do modelo proposto, desde há anos, pelo Senhor Primeiro-Ministro. Mas, insisto, que não restem dúvidas que as decisões finais cabem e couberam sempre ao Governo e, em particular, ao Senhor Ministro do Planeamento e Infra-Estruturas e ao seu Secretário de Estado das Infra-Estruturas a quem cabe naturalmente a responsabilidade política própria dessas decisões.

Constato agora, porém, que a circunstância de não ter exigido remuneração e não ter qualquer documento escrito levou pessoas, muitas ou poucas, a questionar o empenho e a seriedade com que me dediquei devotadamente a prestar o apoio que me foi pedido.

que são especialistas e no quadro dos procedimentos de contratação impostos pela lei. Sublinho, em nenhum momento – nem agora, nem nos muitos anos anteriores – tive qualquer intervenção na celebração desses contratos ou na prestação desses serviços, como, aliás, não auferi qualquer remuneração em razão dos mesmos. O desmentido escrito que essa Sociedade de Advogados enviou no próprio dia da publicação dessa notícia falsa mereceu deslocado e desprezado tratamento pelo jornal que a deu à estampa.

Fui também distinguido com a imputação de formas de actuação que poderiam ser questionáveis ou censuráveis no investimento que a TAP fez no Brasil em 2005 quando – há mais de dez anos! – através de sociedade em que a TAP detinha participação, adquiriu à Varig, a maior companhia aérea brasileira então em grandes dificuldades financeiras, duas empresas subsidiárias que se dedicavam à manutenção de aeronaves e ao transporte de carga aérea. Escreveu-se que o negócio foi ruinoso e que a Geocapital, com quem então colaborava como Advogado e de que me tornei mais tarde Administrador, ganhou nele um prémio injustificado à custa e com sacrifício da TAP.

Posso e quero mesmo esclarecer os Senhores Deputados sobre os contornos desse negócio e da intervenção que nele tive. Mas devo desde já referir que tal negócio foi de iniciativa da TAP e do seu Conselho de Administração; que tal investimento foi apresentado pela TAP como um meio para a posterior aquisição da Varig, permitindo afirmar a TAP como principal transportadora aérea no tráfego entre o Brasil e a Europa; que a Geocapital se assumiu nele como mero investidor financeiro em paralelo com o BNDES - Banco de Desenvolvimento do Brasil; e que a Geocapital saiu do projecto, tal como o BNDES – Banco de Desenvolvimento do Brasil,

Terei sido, porventura, algo insensível à circunstância de que a transparência da actividade administrativa – com que, ironicamente, tanto me preocupei em assegurar durante os 6 anos em que tive o privilégio de ser membro da CADA – exige sempre que a natureza e termos de actuação dos que intervêm em qualquer processo ao serviço do Estado sejam públicos, escrutináveis e sindicáveis. E, como agora aparenta ser óbvio, a falta de um contrato escrito pode ter sido entendida, mal ou bem, como menos conforme ao valor da transparência. E por isso agradeço muito especialmente a oportunidade que agora e aqui me é proporcionada para prestar esclarecimento público sobre o assunto.

Se é certo que existe o direito e o correspondente dever de conhecimento das condições, inteiramente claras, em que tive intervenção neste processo, não posso deixar de referir que grande parte das notícias e comentários que durante estas últimas semanas foram sendo publicados a propósito da minha atuação são, em grande parte dos casos, falsos e mesmo maldosos.

E se foi com grande inquietação que assisti em silêncio a essas notícias, seja-me permitido então, neste lugar mais próprio, prestar esclarecimentos aos Senhores Deputados sobre três casos que, a esse propósito, me atingiram e chocaram particularmente.

Assim, fui apontado na imprensa como promotor e beneficiário de contratos estabelecidos há pouco tempo entre o Estado e uma Sociedade de Advogados de que não sou sócio nem associado e de quem não recebo remuneração ou pagamento de serviços. Essa sociedade é formada por Colegas de grande envergadura técnica e robustez moral irrepreensível que há décadas vem prestando serviços jurídicos ao Estado na área em

depois de malograda a possibilidade de aquisição da Varig, sem qualquer mais-valia económica ou prémio e nas exactas condições inicialmente acordadas e contratadas com a TAP.

Fui finalmente acusado de envolvimento em supostas movimentações menos claras que serviriam dissimulados interesses empresariais na aproximação do grupo chinês HNA à TAP. Ora, bastaria que tivesse havido o cuidado de visitar as notícias publicadas na comunicação social nos meses anteriores ao meu envolvimento no processo e teria sido verificado que, ilustrativamente até em presenças nesta Assembleia, o então Ministro da Economia, Senhor Dr. António Pires de Lima – pessoa por quem tenho grande consideração pessoal e profissional – mencionou ter ele mesmo estimulado o grupo HNA a olhar para Portugal. A primeira notícia é de Julho de 2015 e refere os empenhos e diligências epistolares do então Ministro da Economia nesse sentido. Por isso, é ao Senhor Dr. António Pires de Lima que, pelo menos no plano político, deve ser atribuído, e bem, o mérito da iniciativa que conduziu o grupo HNA a interessar-se por Portugal e pela TAP. Aliás, na verdade, foi logo nos primeiros dias de Setembro de 2015 que, com profusa divulgação internacional, o grupo HNA celebrou o acordo que o conduziria a adquirir uma participação muito significativa na Azul, companhia aérea brasileira criada por um dos integrantes do grupo privado que, em Novembro de 2015, veio a tomar a maioria do capital da TAP.

O atual Governo fez recentemente um juízo positivo sobre a participação do grupo HNA no desenvolvimento do projecto estratégico da TAP, juízo esse que, aliás, partilho por inteiro. Mas, como fica evidente, tudo o que se refere ao grupo HNA ocorreu antes de qualquer intervenção minha no

processo, antes da tomada de posse do atual Governo e, em grande parte, antes mesmo das eleições de 4 de Outubro!

Reafirmo pois que não tenho, como nunca tive, qualquer relação, directa ou indirecta, ou negócio com o grupo HNA, seja a título pessoal ou como Administrador da Geocapital.

Eis como o perfil público que nunca quis ter, se veio a moldar também, afinal, na base destas insinuações e falsidades. Ao longo da minha vida, conheci alguns momentos de sofrimento e dificuldades. Mas confesso que nunca me foi tão difícil enfrentar uma circunstância da vida como agora, em que me vejo confrontado com insinuações sobre a minha conduta que nunca fiz por merecer e que todos os que me conhecem bem sabem que não são justas.

Eis porque, Senhor Presidente e Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, me coloco à vossa inteira disposição, com a certeza que o juízo que farão sobre a minha pessoa e as minhas condutas assentarão nos factos e não em insinuações.

Muito obrigado pela vossa atenção

Diogo Lacerda Machado